

MANIFESTO EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Os bancos públicos são os maiores operadores de políticas públicas do Brasil. Historicamente têm fomentado o desenvolvimento econômico nacional, regional e municipal. Promovem a inclusão bancária, geram empregos diretos e indiretos e operam políticas públicas de forma eficiente.

São responsáveis por uma melhor distribuição de recursos e crédito com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, ao contrário das instituições privadas que priorizam regiões e setores onde já existe uma concentração maior de renda.

Os bancos públicos nacionais e regionais viabilizam o financiamento da habitação, do crédito agrícola, da educação, da cultura e da infraestrutura, dentre outras áreas, além do pagamento de benefícios sociais, a exemplo do auxílio emergencial, instituído em 2020 para assegurar proteção social às famílias afetadas economicamente pela pandemia do novo coronavírus.

Em 2019, segundo dados do Banco Central, 45,9% (R\$ 1,5 trilhão) das operações de crédito foram realizadas por bancos públicos. Eles também ofertaram 80,4% (608,8 bilhões) em crédito imobiliário; 71% (194,3 bilhões) do crédito rural, e concentraram 62% em poupança no país. Também contribuíram para ampliar a bancarização, com 45,6% (9.089) das agências bancárias no país.

Com a pandemia da Covid-19 e o agravamento da crise econômica, a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional da Amazônia (Basa) e os bancos estaduais Banese (Sergipe), Banpará (Pará), Banestes (Espírito Santo), Banrisul (Rio Grande do Sul) e o BRB (Brasília), estão sendo os principais instrumentos para reduzir os impactos econômicos e sociais, forçando o governo a adiar seus planos de privatização.

Assim como na crise de 2008, são os bancos públicos que estão socorrendo o setor produtivo, com programas de crédito para pequenas e médias empresas, linhas de crédito para o setor imobiliário, suspensão do pagamento de financiamentos habitacionais, renegociação de dívidas, entre outras medidas. Além do pagamento do Auxílio Emergencial, saques emergenciais do FGTS e outros benefícios realizados pela Caixa a mais de 100 milhões de brasileiras e brasileiros.

Apesar do imprescindível papel social e econômico para o país, os bancos públicos estão sofrendo desmonte gradativo pelo atual governo com ameaças de privatização, sucateamento, gestão privada do patrimônio público.

A diminuição deliberada da participação dessas instituições no sistema financeiro tem implicado em redução da carteira de crédito, queda na captação de recursos, além do corte de pessoal que compromete a qualidade do atendimento à população.

As entidades representativas dos trabalhadores dos bancos públicos estão mobilizadas e se contrapondo à lógica privatista, que ameaça instituições centenárias, presentes no dia a dia de cada um dos mais de 200 milhões de brasileiros.

O Brasil precisa da geração de empregos e renda para superar a crise econômica. Ao invés de retirar recursos financeiros, é preciso investir na capacidade de fomento dos bancos públicos, para que estes continuem tendo papel social relevante.

Lutar contra as privatizações dos bancos públicos, é lutar por um Brasil melhor, com desenvolvimento econômico e inclusão social.



